



Escola Nossa Senhora do Livramento, em Guaíba, esperou três anos por reforma de dois banheiros, prontos em 2021, mas reparos gerais ainda não foram feitos

Mais escolas estaduais com banheiros e água potável

ISABELLA SANDER

isabella.sander@zerohora.com.br

O Censo Escolar de 2021 revelou uma queda drástica no número de escolas estaduais que dizem não ter banheiro ou água potável no Rio Grande do Sul. Se, em 2020, 1.783 instituições da rede estadual informaram não contar com água potável, esse número baixou para 156 em 2021 – redução de 91,2%. Em relação aos banheiros, a queda foi ainda maior, de 93%, passando de 329 sem instalações para 23. Os dados são do Censo Escolar 2021, analisados em levantamento da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Segundo a Secretaria Estadual de Educação (Seduc), o que gerou essas reduções expressivas foi um reforço na orientação às escolas sobre o preenchimento correto do Censo Escolar, cujo formulário, em muitos casos, havia sido respondido de forma equivocada, gerando um número diferente do que realmente seria a realidade.

De fato, entre as 23 escolas que responderam em 2021 que não tinham banheiro em suas dependências, há as que informaram à reportagem de ZH que a estrutura existe, sim, e funciona. É o caso da Escola Estadual Eldorado do

Sul, em Eldorado, e da Nhamandu Nhemopuã, em Viamão. As direções informaram que pode ter havido algum equívoco no preenchimento do Censo Escolar.

No entanto, há instituições de ensino que seguem com problemas na oferta de banheiros. A Escola Estadual Nova Sociedade, em Nova Santa Rita, é uma delas – lá, na falta da estrutura, foram alugados dois banheiros químicos com recursos do próprio colégio para atender os 360 alunos. A direção entrou com um processo em 2019 junto à Seduc para solicitar a reforma dos banheiros, mas, até agora, não saiu.

– O esgoto está infiltrado no piso do banheiro masculino e pode ceder a qualquer momento. No feminino, a infiltração também começou a acontecer. Alugamos banheiros químicos, mas temos oito alunos autistas que se recusam a usá-lo e, como eles não têm energia elétrica, o uso para as turmas da noite é um problema – relata a diretora da escola, Nilce Santos Machado, que completa: – O cheiro desses banheiros é muito ruim e a situação deixa muito a desejar. É desumano isso com a escola pública.

Em nota, a Seduc informou que o projeto da

obra no banheiro da instituição de ensino está em fase de readequação orçamentária. “Isso ocorre pelo fato de a empresa responsável pelo serviço não ter aceitado a proposta de reequilíbrio financeiro e ter atrasado o início das obras, o que ocasionou a rescisão contratual”, relatou a pasta. Por esse motivo, a obra será encaminhada para um novo processo licitatório.

Municipais

Na rede municipal, de 2020 para 2021, o número de escolas que informaram não ter banheiro se manteve estável – caiu de 24 para 23. Em Santa Maria, a Escola Municipal Dom Luiz Víctor Sartori está há anos com problemas estruturais no banheiro feminino. Segundo a diretora Marta Helena Bohrer Scherer, o espaço fica em uma área mais alta e tem risco de cair. Como há mais meninas do que meninos na escola, elas passam a usar o banheiro masculino e, agora, os meninos usam o banheiro dos professores quando precisam.

O problema, conforme a diretora, vem de anos. Ainda no ano passado, por um curto período, foram usados banheiros químicos – mas, quando ela assumiu a diretoria neste ano, retirou.

Obra concluída parcialmente

Na Escola Estadual Nossa Senhora do Livramento, em Guaíba, a espera de três anos pela reforma de dois banheiros teve fim em 2021, quando recebeu verba extra de R\$ 50 mil do programa Avançar. Além dos banheiros, foram feitos reparos na sala da secretaria e em duas salas de aula, além de adquiridos materiais. Não foi possível, porém, dar continuidade à reforma geral do prédio, iniciada em 2018 e nunca concluída.

A demanda pelos reparos gerais se deu em 2016, quando a escola foi acometida por um incêndio no segundo andar. Devido à demora para as obras, a estrutura do primeiro andar também ficou prejudicada. Das oito salas de aula existentes no prédio, seis foram interditadas e seguem assim desde então.

Segundo a Seduc, o contrato com a empresa vencedora da licitação para a reforma foi extinto, em razão de o serviço não ter sido concluído. Para finalizar a obra, a Secretaria de Obras e Habitação realizará vistoria para a retomada dos trabalhos e dará os devidos encaminhamentos administrativos para uma nova contratação.

Mutirão atende 120 famílias em busca de vaga

LAURA BECKER

laura.becker@rdgaucha.com.br

O mutirão realizado pela Defensoria Pública atendeu 120 famílias em busca de uma vaga na Educação Infantil de Porto Alegre entre segunda e terça-feira. A maioria dos atendimentos foi para crianças de zero a três anos que aguardam por acesso à creche.

O atendimento ocorreu de forma virtual, para famílias já pré-agendadas. Agora, a Defensoria Pública aguarda o retorno da Secretaria Municipal da Educação (Smed) sobre os ofícios de solicitação de vagas. A pasta tem até a próxima quarta-feira para responder aos pedidos de vaga ou dar negativa. Caso não receba resposta ou tenha a negativa das vagas, o órgão estadual dará início a ações judiciais.

Desde 2018, decisão da Justiça obriga que todas as crianças na faixa etária de zero a cinco anos tenham direito à Educação Infantil em Porto Alegre. Desde então, a Defensoria Pública tem ingressado com ações individuais para obrigar o município a ofertar vagas na rede pública ou conveniada. Em caso de não cumprimento, o município precisa fazer a compra da vaga na rede privada. Além disso, a Justiça passou a aplicar multa de R\$ 50 por dia caso haja descumprimento em cada processo individual ajuizado em favor das crianças que buscam uma vaga na rede.

Fila

Esta é a quarta vez que a Defensoria Pública realiza esse tipo de ação para tentar minimizar a fila de espera por uma vaga nas escolas infantis municipais, principalmente para as creches.

Nos primeiros quatro meses de 2022, o órgão registrou procura 75% maior do que o observado em anos anteriores – quando a média era de 800 agendamentos. Neste ano, já foram feitos 1,4 mil agendamentos. Conforme a última atualização da Smed, 5.878 crianças desta faixa etária estão na fila de espera em Porto Alegre.

GZH
 Leia a versão ampliada: gzh.rs/censoeduc

GZH
 Mais sobre o déficit de vagas: gzh.rs/creche